



NITERÓI
SEMPRE À FRENTE

Saúde



POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA

DEZEMBRO - 2021



PREFEITO

Axel Grael

SECRETÁRIO DE SAÚDE

Rodrigo Oliveira

SUBSECRETÁRIA DE SAÚDE

Camila Franco

COORDENAÇÃO DA SDSS

Josy Pinho

ELABORAÇÃO

Beatriz Paixão

Ciane Rodrigues

Gitonam Lucas Honorato

Gustavo Felinto

Laís Fiebig

Lucas Lopes

Luís Guillen

Saville Almeida

Análise de perfil sócio-econômico da população em situação de rua em Niterói em 2021, a partir da base de dados do Cadastro Único nacional (CADÚNICO)

DEZEMBRO - 2021



NITERÓI
SEMPRE À FRENTE

Saúde

Sumário

Editorial – Visibilizando os invisibilizados	4
1. Sobre o CADÚNICO, base de informação utilizada.....	5
2. Perfil da População em Situação de Rua no município de Niterói	7
3. Considerações Finais	39

Editorial – Visibilizando os invisibilizados

Os esforços da Sala de Situação de Saúde – Niterói são de evidenciar como se vive em Niterói, entendendo a complexidade de elementos que integram uma saúde plena, para subsidiar as tomadas de decisão em saúde.

Diante disso, trazemos aqui uma série de informações que versam sobre uma camada da sociedade que tende a ser esquecida e invisibilizada, por vezes literalmente, em meio a população: as pessoas em situação de rua. Essa parcela da população é extremamente vulnerável e vulnerada, sujeita a pressões e violências de diferentes esferas e intensidades. Invisibilizados, tendem a perder seu status de sujeitos de direito, e terem revogados até mesmo condições mínimas de existência e dignidade (TEIXEIRA *et al.*, 2019).

Sustentar a heterogeneidade de uma camada populacional diversa como a de população em situação de rua (PSR), ajuda no combate à uma simplificação danosa que pode acontecer em um olhar sem cuidado. Em especial na representação midiática, a população em situação de rua tende a ser apresentada como um grupo homogêneo e altamente estigmatizado, frequentemente associado a elevadas taxas de violência e de usos de drogas (ESPÍRITO SANTO *et al.*, 2021), o que amplifica ações de violência e segregações sociais com esse grupo. Essa visão estereotipada é antiquada e infundada, e com análises mais profundas, facilmente percebemos a diversidade dessa população, bem como as complexidades de suas vulnerações e condições. Os dados explorados neste relatório ajudam a descrever o panorama mais detalhado dessa população.

Esse grupo social, como mencionado, sofre violências não somente individualizadas, mas também combinadas, interseccionais, agrupando-se de acordo com suas características sociais. Com isso, temos dentro desse já diverso grupo, indivíduos ainda mais vulnerados do que outros. Podemos pensar em mulheres, negras em situação de rua, que sofrem violências perpetuadas por racismo, por sexismo e por classismo, as quais não meramente se somam, como também se transforma em violências específicas e novas.

Motivados pelo compromisso com a radicalização da defesa da vida e com os princípios do SUS, apresentamos a seguir um relatório sobre uma parcela da população niteroiense invisibilizada pela estrutura social desigual e desumana, da qual fazemos parte e lutamos contra. Ressaltamos que, por reconhecermos que saúde é democracia e democracia é saúde, no

ano de 2020 incluímos a população em situação de rua na construção do Plano Municipal de Saúde (PMS) participativo 2022-2025 e desde então, eles têm sido incluídos em diversos espaços de construção de políticas da cidade, como a participação no Plano Plurianual (PPA), organizado pela da Secretaria de Planejamento, Modernização da Gestão e Controle (SEPLAG) com o apoio do Consultório na Rua (CnaR), nas oficinas da pré-conferência de saúde mental e recentemente na criação do conselho local da PSR, que inclui a formação dos conselheiros a respeito do controle social no SUS e o seu papel na co-gestão do cuidado junto ao CnaR e demais equipamentos da saúde.

1. Sobre o CADÚNICO, base de informação utilizada

O Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), estabelecido pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, é instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda. Seu uso é obrigatório para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento da população de baixa renda.

O decreto nº 6.135/2007 estabelece:

- Família como a unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, eventualmente ampliada por outros indivíduos que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todos moradores em um mesmo domicílio; e
- Família de baixa renda aquela com renda familiar mensal per capita de até meio salário-mínimo; ou que possua renda familiar mensal de até três salários-mínimos.

Para a inclusão ou atualização de cadastro das famílias no CadÚnico estão disponíveis cinco tipos de formulários:

- Formulário Principal de Cadastramento: conhecido como Caderno Verde, é o instrumento básico de coleta de informações sobre a família. Esse questionário inclui 10 blocos relacionados à investigação do domicílio, da família e de cada um de seus componentes. Deve ser utilizado tanto para a coleta de dados de novas famílias, quanto para a atualização das informações cadastrais já incluídas no Cadastro Único.

- Formulário Avulso 1 – Identificação do Domicílio e da Família: traz os blocos que identificam as características do domicílio e da família e deve ser utilizado para atualizar os dados da família.
- Formulário Avulso 2 – Identificação da Pessoa: traz os blocos que identificam as características de cada pessoa da família. Deve ser utilizado na atualização de dados de cada componente da família e também quando a família possui mais de seis componentes (aqueles integrantes que não foram inseridos no Caderno Verde serão registrados no Formulário Avulso 2).
- Formulário Suplementar 1 – Vinculação a Programas e Serviços: de preenchimento obrigatório tanto para inclusão de famílias no Cadastro Único quanto para a atualização. Para cada família, deverá ser preenchido um Formulário Suplementar 1. O objetivo é registrar a vinculação da família a programas e serviços oferecidos pelo governo federal, além de permitir identificar se a família pertence a grupos populacionais tradicionais e específicos.
- Formulário Suplementar 2 – Pessoa em Situação de Rua: deve ser preenchido somente para pessoas em situação de rua.

Destaca-se o Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009 que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua, a qual define a população em situação de rua como um grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória.

Entre as definições da Política está a inclusão das pessoas em situação de rua no Cadastro Único para Programas Sociais, para viabilizar a implementação de políticas sociais voltadas ao atendimento dessa população.

O presente relatório corresponde às informações extraídas do sistema de informação do Cadastro Único (CADÚNICO) do Governo Federal, relativas ao mês de setembro de 2021, referentes à PSR residente em Niterói. Para a coleta de informações dessa população foram utilizados o formulário principal e o formulário suplementar 2; foram selecionadas as famílias que preencheram o formulário suplementar 2. Ademais, foi considerado como critério de

inclusão para as análises, o estado cadastral do membro familiar, cuja classificação se dá como: 1- em cadastramento; 2- sem registro civil; 3- cadastrado; 4- excluído, sendo identificada a seguinte distribuição da população segundo o estado cadastral:

Tabela 1 - Número de pessoas em situação de rua em Niterói, segundo Estado Cadastral no CadÚnico (Niterói, setembro de 2021).

Estado cadastral	Nº de pessoas
Em cadastramento	1
Sem registro civil	3
Cadastrado	580
Excluído	98
Total geral	682

Fonte: CADÚNICO, 2021.

Sendo assim, para iniciar a análise do perfil da PSR foram desconsideradas as informações das pessoas com estado cadastral “excluído”. Dessa maneira, o n total de pessoas analisadas foi de 584 pessoas em situação de rua cadastradas no CadÚnico.

2. Perfil da População em Situação de Rua no município de Niterói

Iniciaremos a análise a partir do local onde dormem (Tabela 2), um dos principais indicadores da população em questão. Identificou-se que a maior proporção de pessoas dorme na rua (59%), dormindo apenas na rua ou combinando mais de um local. Além deste local, 17% das pessoas relatam dormir em albergues (abrigos ou casas de passagem), 3,4% em domicílio particular pertencentes a outras pessoas e 24,5% dormem de outra forma não especificada no formulário (espaços utilizados que não se enquadram nos casos anteriores) (BRASIL, 2015). Ressalta-se que é percebida a combinação de mais de uma condição de pernoite, isto é, pessoas que alternam dormindo parte da semana na rua e outra parte em outro local.

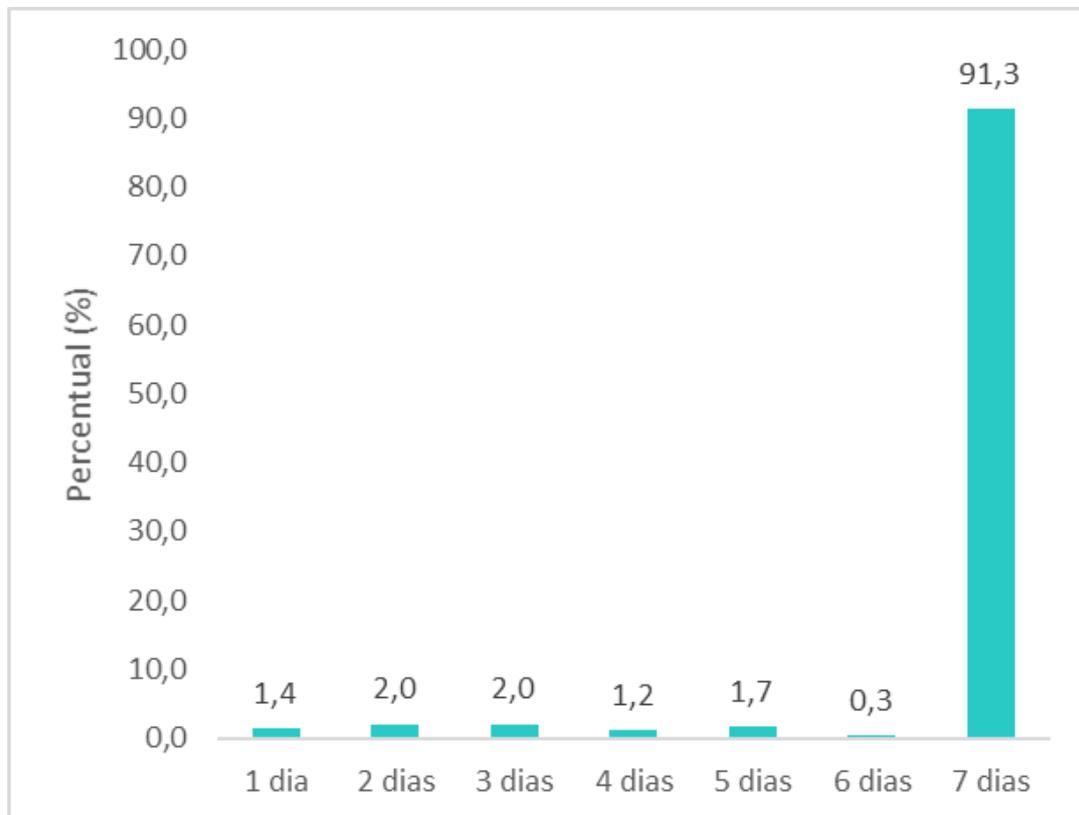
Observa-se, no gráfico 1, as pessoas que relatam dormir ao menos uma noite na rua ($n=345$), a maior parte destes (mais de 90%), referem dormir todos os dias da semana na rua.

Tabela 2 - Número de pessoas em situação de rua, segundo local onde dorme no município de Niterói (Niterói, setembro de 2021).

Local onde dorme*	Nº de pessoas
Rua	345
Albergue	99
Domicílio particular	20
Outro	143

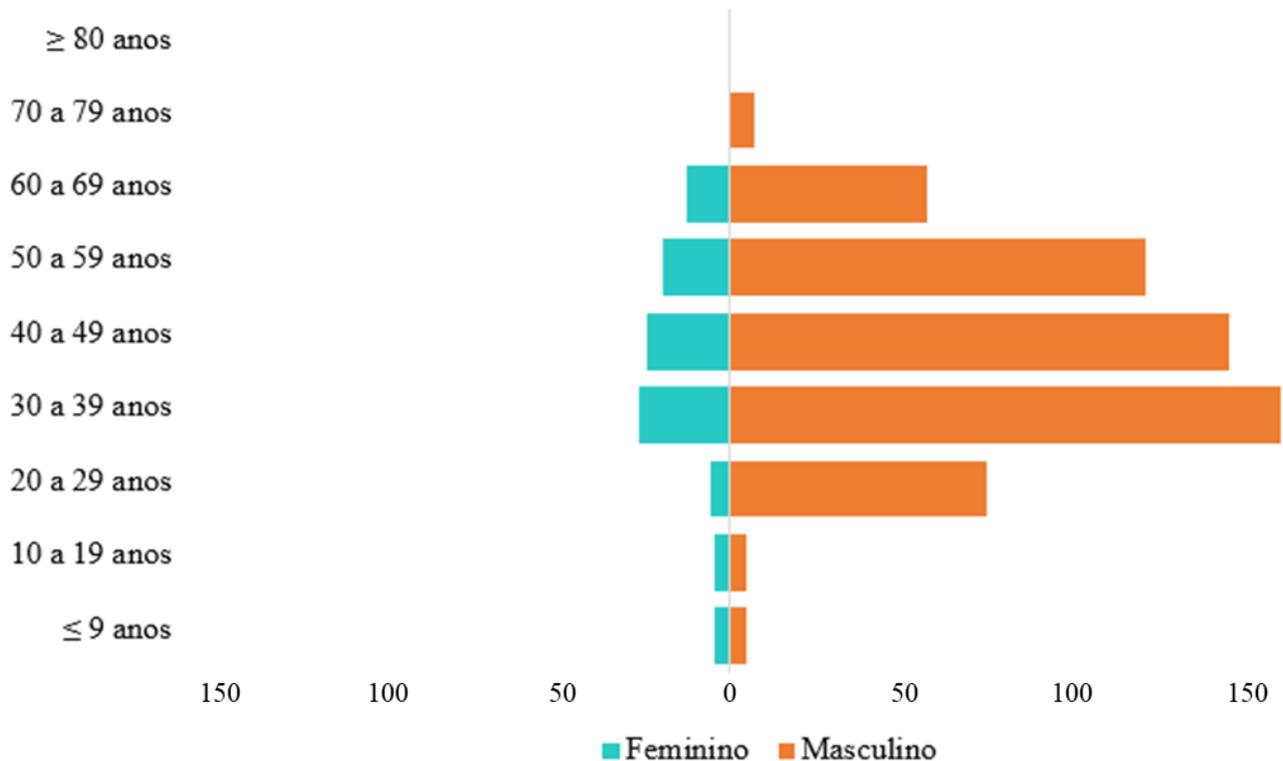
Fonte: CADÚNICO, 2021; * Este campo permite múltiplas escolhas.

Gráfico 1 – Percentual de pessoas que referem dormir na rua, em Niterói, segundo número de dias em que dormem na rua (Niterói, setembro de 2021).



Fonte: CADÚNICO, 2021.

Gráfico 2 - Número de pessoas em situação de rua com cadastro no CADÚNICO, segundo faixa etária e sexo (Niterói, setembro de 2021).

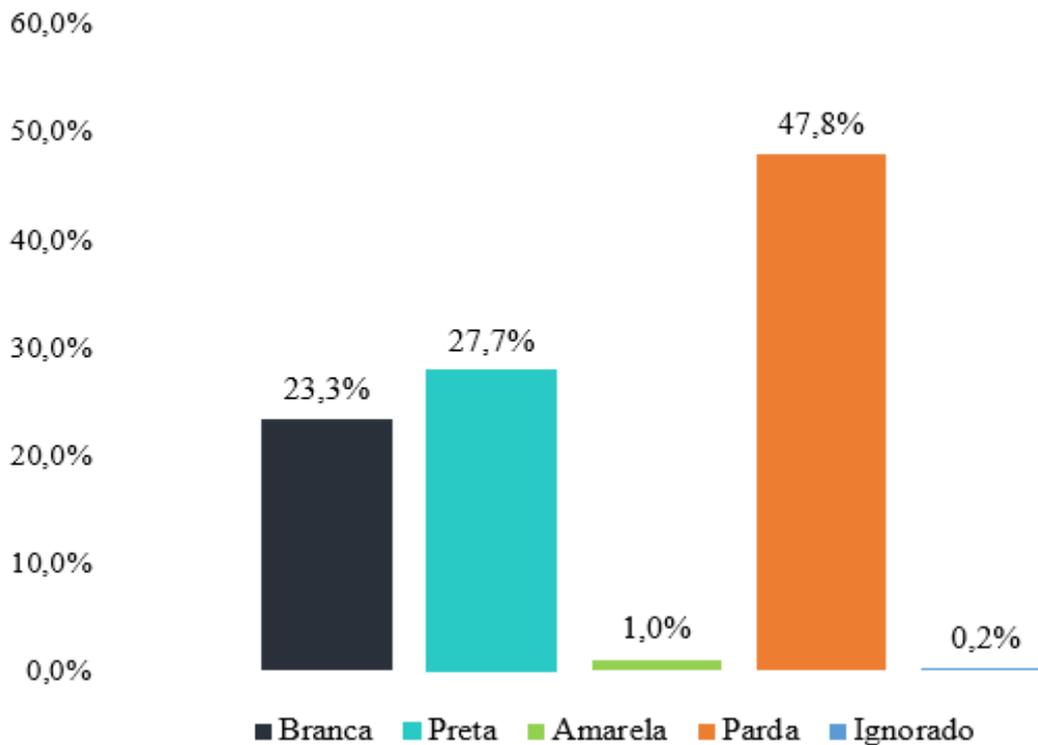


Fonte: CADÚNICO, 2021.

Em relação ao sexo e à faixa etária, observa-se que estas pessoas são majoritariamente do sexo masculino (86,9%, correspondendo a um total de 499 homens) e adultas (505 estão entre 18 e 59 anos, o que equivale a 86,5% do total). Perfil semelhante ao observado na Pesquisa Nacional sobre a PSR, que em sua amostra de quase 32 mil pessoas adultas, identificou que 82% da amostra era do sexo masculino, com a grande maioria entre 18 e 55 anos (BRASIL, 2009). Em recente censo sobre a PSR, o município do Rio de Janeiro também observou proporções semelhantes, com 80% de predominância masculina e maioria entre 31 e 49 anos (RIO DE JANEIRO, 2020).

As mulheres são minoria na PSR, correspondendo a 14,6% da amostra (85 mulheres). A condição de mulher pode torná-las ainda mais vulneráveis, especialmente no que tange a questão da violência, visto que se observa parte significativa das violências à PSR comumente dirigidas às mulheres (G1, 2021).

Gráfico 3 - Percentual de pessoas em situação de rua com cadastro no CADÚNICO, segundo raça/cor (Niterói, setembro de 2021).



Fonte: CADÚNICO, 2021.

Sobre o critério raça/cor, observa-se que a grande maioria das pessoas que se encontram na rua se referem como pretos ou pardos (75,5%), resultado que também possui similitudes com a pesquisa nacional (BRASIL, 2009), na qual foram observados um total de 67% de pretos e pardos. O recente estudo carioca, por sua vez, observou quase 80% de pretos e pardos (RIO DE JANEIRO, 2020).

A informação de raça e cor é fundamental para a análise das questões raciais que atravessam nossa sociedade. Como exemplo, observa-se uma questão racial importante na análise da violência no país. No Brasil, mais de 270 mil pessoas negras foram assassinadas entre 2002 e 2010 (SINHORETTO e MORAIS, 2018). Outro exemplo importante é o risco aumentado de evolução para os desfechos graves materno e neonatal quando se é mulher negra (KALE et al. 2017; SILVA *et al.*, 2018).

Tabela 3 - Número de pessoas em situação de rua com cadastro no CADÚNICO, segundo unidade da federação (UF) de nascimento (Niterói, setembro de 2021).

Unidade da Federação	Frequência	Percentual
AC	1	0,2%
AL	5	0,9%
AM	1	0,2%
BA	15	2,6%
CE	10	1,7%
DF	2	0,3%
ES	9	1,5%
MA	3	0,5%
MG	24	4,1%
MS	3	0,5%
PA	4	0,7%
PB	15	2,6%
PE	11	1,9%
PI	1	0,2%
PR	1	0,2%
RJ	437	74,8%
RN	2	0,3%
RR	1	0,2%
RS	1	0,2%
SC	1	0,2%
SE	2	0,3%
SP	28	4,8%
Ignorado	7	1,2%
Total	584	100,0%

Fonte: CADÚNICO, 2021.

Quanto ao estado de nascimento, a maioria (74,8%) nasceu no estado do Rio de Janeiro, sendo 85,2% nascidos no Sudeste e 11% no Nordeste. Foi elaborado um ranking dos 10 principais municípios de nascimento das pessoas em situação de rua em Niterói, que, juntos, congregam 401 registros (68,66% da amostra). Nota-se que 28,77% (166 pessoas) da população é natural da cidade, seguido com maior expressividade dos municípios vizinhos (Rio de Janeiro, 15,94%, 92 pessoas; e São Gonçalo, 14,38%, 83 pessoas).

Tabela 4 - Ranking do local de nascimento das pessoas em situação de rua com cadastro no CADÚNICO (Niterói, setembro de 2021).

Ranking	UF	Região	Município de Nascimento	Nº de Pessoas	%
1º	RJ	Região Metropolitana	Niterói	166	28,77%
2º	RJ	Região Metropolitana	Rio de Janeiro	92	15,94%
3º	RJ	Região Metropolitana	São Gonçalo	83	14,38%
4º	RJ	Região Metropolitana / Baixada Fluminense	Duque de Caxias	16	2,77%
5º	SP	Outro Estado	São Paulo	11	1,91%
6º	RJ	Norte Fluminense	Campos dos Goytacazes	8	1,39%
7º	RJ	Região Metropolitana / Baixada Fluminense	Nova Iguaçu	8	1,39%
8º	RJ	Região Metropolitana	Itaboraí	7	1,21%
9º	MG	Outro Estado	Belo Horizonte	5	0,87%
10º	RJ	Região Metropolitana	Magé	5	0,87%

Fonte: CADÚNICO, 2021.

(*) 2 cadastros estavam com preenchimento em Branco e 5 casos eram naturais de outros países.

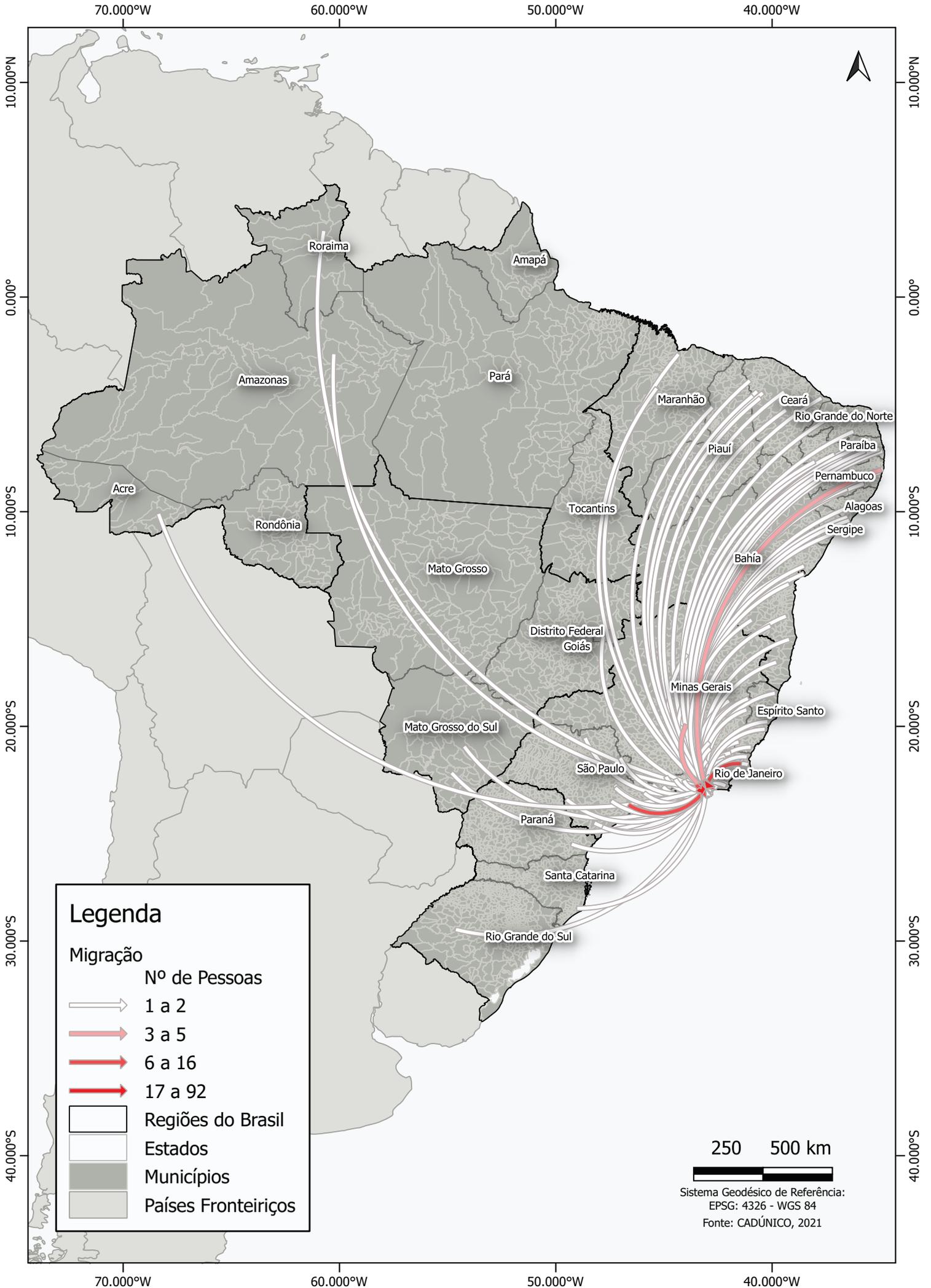
Os 7 demais municípios no ranking dos dez primeiros são responsáveis apenas por 10,3%, estando os demais distribuídas por inúmeros municípios de todo o país. Destaca-se que as capitais São Paulo/SP e Belo Horizonte/MG estão entre as 10 primeiras cidades. Estudos como o do IPEA (2020) sinalizam o agravamento do problema nos últimos 10 anos, onde os grandes centros urbanos são os espaços onde essa população normalmente se dirige e se

concentra, exigindo do poder público lançar mão de políticas para organizar o cuidado desta população.

Dada essa evidência, foram mapeados os municípios de nascimento das pessoas em situação de rua em Niterói que não são nascidas na cidade (411 pessoas, 71,2% da população total analisada, excluídos os ignorados – $n = 577$) e buscou-se compreender melhor seus municípios de origem. Conforme a Figura 1, os municípios do Brasil que representam a origem da maior parte dessa população (exceto os nascidos em Niterói) hoje em nossa cidade estão concentrados na região Sudeste (332 pessoas, 80,8%), com principal destaque para os municípios do Estado do Rio de Janeiro (271 pessoas, 65,9%), principalmente Rio de Janeiro (92 pessoas, 22,4%) e São Gonçalo (83 pessoas, 20,2%), mas também certa relevância para a cidade de São Paulo – município de origem de 11 pessoas (2,7%).

É importante ressaltar a quantidade de pessoas originárias de municípios da região Nordeste do país (64 pessoas, 15,6%), embora não haja concentração significativa de pessoas de mesmos municípios – em que pese a presença de 5 pessoas (1,2%) nascidas na cidade de Recife/PE. Portanto, o eixo Sudeste-Nordeste concentra a parte mais significativa de municípios de origem da população em situação de rua na cidade com 396 pessoas, equivalente a 96,4% do total analisado.

Figura 1 - Origem das pessoas nascidas em outros municípios do Brasil em situação de rua em Niterói/RJ.



Em relação aos nascidos em municípios do Estado do Rio de Janeiro (figura 2), e que não no município de Niterói, pode-se constatar que a maior parcela da população é originária de municípios que compõe a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (228 de um total de 271 pessoas, 84,1%), dos quais os municípios do Rio de Janeiro e São Gonçalo concentram, respectivamente, 33,9% e 30,6% do total de pessoas naturais do Estado (sem considerar Niterói).

Na análise intraestadual (271 pessoas nascidas no Estado do Rio de Janeiro, com exceção das 166 nascidas em Niterói) houve importante destaque para a grande presença de pessoas originárias de municípios do eixo de estruturação da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (sentido Estado de São Paulo e Região Leste Fluminense), como: Duque de Caxias (16 pessoas, 5,9%) e Nova Iguaçu (8 pessoas, 3,0%), ambas centros sub-regionais da Baixada Fluminense; e Itaboraí (7 pessoas, 2,6%) e Magé (5 pessoas, 1,8%), ambas centrais para a circulação dos fluxos no Leste Fluminense.

Por outro lado, registra-se a baixa frequência de pessoas nascidas em Maricá (2 pessoas, 0,7%), embora também vizinho a Niterói, e municípios do eixo da Região dos Lagos, como: Saquarema (1 pessoa, 0,4%), Araruama (2 pessoas, 0,7%), Cabo Frio (2 pessoas, 0,7%) e São Pedro da Aldeia (1 pessoa, 0,4%). Em relação à Região Serrana, apenas Nova Friburgo (4 pessoas, 1,5%) apresenta alguma expressividade. Tal qual se destaca na Região Norte, igualmente de forma isolada, mas com maior relevância, 8 pessoas (3,0%) naturais de Campos dos Goytacazes. Com relação às pessoas naturais da Região Médio Paraíba, o destaque é o município de Barra Mansa (3 pessoas, 1,1%). Demais regiões não apresentaram dados expressivos. Por fim, cabe ainda registrar a presença de 5 pessoas de origem internacional, sendo: Chile, Peru, Uruguai, Colômbia e EUA.

Em relação à condição de saúde, o CadÚnico permite apenas a avaliação quanto à apresentação e tipo de deficiência. Os resultados dessa análise podem ser observados na tabela 5 e no gráfico 4.

Tabela 5 - Número de pessoas em situação de rua, em Niterói, segundo tipo de deficiência (Niterói, setembro de 2021).

Pessoa com deficiência/transtorno	Nº de pessoas	%
Sim	93	15,9
Não	491	84,1

Fonte: CADÚNICO, set. 2021.

A OMS estima que cerca de 10% da população de qualquer país em tempo de paz possui algum tipo de deficiência: 5% deficiência mental; 2% deficiência física; 1,5% deficiência auditiva; 0,5% deficiência visual; e 1% deficiência múltipla. A Pesquisa Nacional de Saúde (PNS) 2019, divulgada em agosto de 2021 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), revela que 8,4% (17,3 milhões de pessoas) da população de 2 anos ou mais possui algum tipo de deficiência.

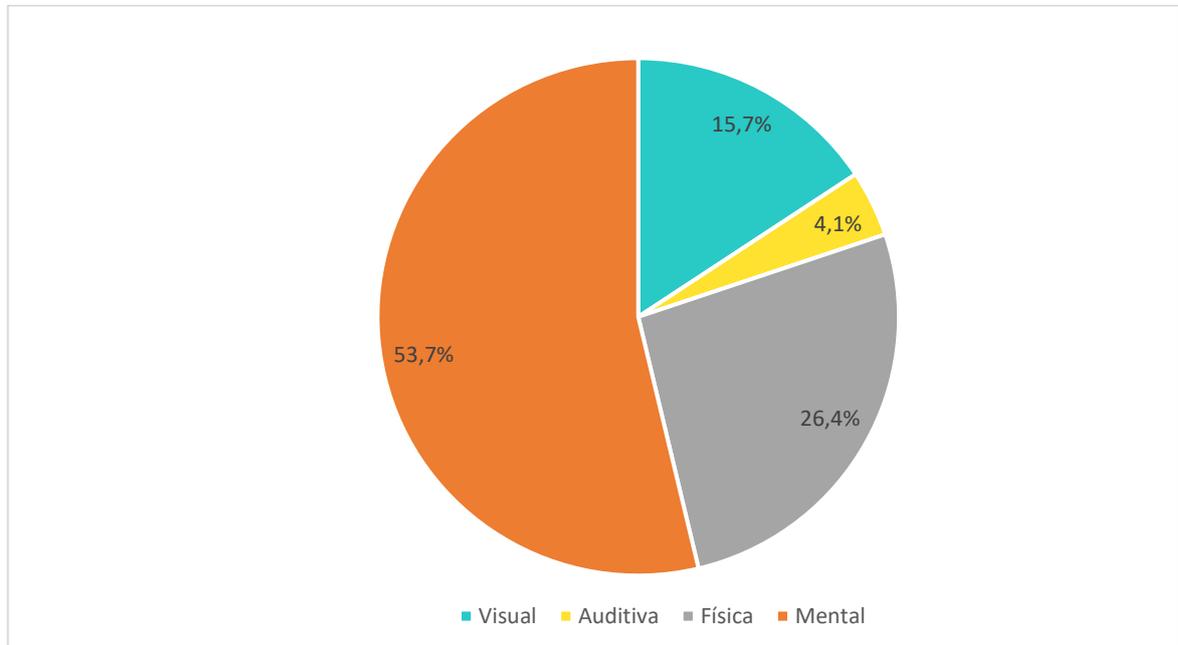
Entre a população em situação de rua que consta no banco do CadÚnico, foi identificado que 15,9% da população possui um ou mais tipos de deficiência (visual, auditiva, física ou mental). Um percentual superior à estimativa da OMS e à proporção apontada na PNS 2019.

O gráfico 5 apresenta a distribuição, de acordo com o tipo de deficiência mencionada no CadÚnico, mostrando que das 93 pessoas com deficiência, 53,7% possuem deficiência mental, 26,4% física, 15,7% visual e 4,1% auditiva.

Chama atenção o elevado percentual de pessoas com deficiência mental (53,7%). Ressalta-se que neste grupo, estão incluídas 39 pessoas com transtorno mental e 26 com deficiência mental. Esse grupo corresponde a 54% do total de pessoas com deficiência. Entre as pessoas com deficiência visual e auditiva, identifica-se que cerca de 21% possuem elevada gravidade (surdez profunda ou cegueira).

O acesso à assistência em saúde, em especial, aos serviços de reabilitação é essencial para diminuição dos fatores limitantes de equidade na inserção social da pessoa com deficiência, entretanto, apenas uma pessoa refere receber ajuda especializada.

Gráfico 4 - Número de pessoas em situação de rua, em Niterói, segundo tipo de deficiência/transtorno (Niterói, setembro de 2021).



Fonte: CADÚNICO, set. 2021.

Quanto ao domínio de leitura e escrita, nota-se uma proporção expressiva, quase 90%, de pessoas que sabem ler e escrever, o que contribui como fator facilitador para reinserção no mercado de trabalho, além de ser amplamente associado como fator protetivo no cuidado em saúde. Porém é necessário considerar também o letramento funcional e não somente o índice de alfabetização em si.

Observou-se também, em relação a leitura e escrita, que mais de 10% desta população refere não saber ler e escrever, o que certamente contribui à vulnerabilidade destes e ao processo de exclusão. Chama atenção ainda, que o percentual de analfabetismo entre a população com deficiência é ainda maior, 19,4%.

Ao considerar somente as pessoas que não sabem ler nem escrever (60 indivíduos), a análise mais estratificada revela que:

- A taxa de analfabetismo total da população, calculada pelo percentual de pessoas com 15 anos ou mais de idade que não sabem ler/escrever dividido pelo total de pessoas nessa faixa etária, é de 9,2%. Esse indicador mostra que o analfabetismo entre a

população em situação de rua é 40% superior à na população geral do Brasil (6,6%), segundo a PNS 2019 (IBGE, 2021);

- Entre pessoas do sexo feminino, a taxa de analfabetismo corresponde a 12,5%, e entre pessoas do sexo masculino, a taxa é de 8,7%;
- Em relação à raça/cor, nota-se que 85% referem-se como pessoas pretas (18) ou pardas (33), os outros 15% correspondem a 8 pessoas brancas e 1 autorreferida como amarela;
- 30% (18) das pessoas que não sabem ler nem escrever possui algum tipo de deficiência;
- Sete pessoas estão na faixa etária abaixo de 15 anos, correspondendo a 11,7% na distribuição por faixa etária e 15% (9) são idosos.

Tabela 6 - Pessoas em situação de rua, em Niterói, segundo domínio de leitura e escrita (Niterói, setembro de 2021).

Sabe ler e escrever?	n	%
SIM	524	89,7
NÃO	60	10,3
Total Geral	584	100,0

Fonte: CADÚNICO, set. 2021.

Levando em consideração a escolaridade, é possível verificar na tabela abaixo (tabela 7) que uma porcentagem expressiva cursou até o ensino fundamental, sendo 28,77% de 5ª a 8ª série, e 25,17% de 1ª a 4ª série, considerando homens e mulheres. Seguido por aqueles que cursaram até o ensino médio, 24,83%.

Tabela 7 - Pessoas em situação de rua, em Niterói, segundo a escolaridade (Niterói, setembro de 2021).

Escolaridade*	Total (n)	Total (%)	Homem (%)	Mulher (%)
Pré-escola (exceto CA)	2	0,3%	0,4%	0,0%
Classe de Alfabetização - CA (1º ano)	6	1,0%	0,8%	2,3%

Escolaridade*	Total (n)	Total (%)	Homem (%)	Mulher (%)
Ensino Fundamental 1 ^a a 4 ^a séries, Elementar (Primário), primeira fase do 1 ^o grau (2 ^o a 5 ^o anos)	147	25,2%	26,3%	18,8%
Ensino Fundamental EJA - séries iniciais (Supletivo 1 ^a a 4 ^a séries ou 2 ^o a 5 ^o anos)	2	0,3%	0,4%	0,00%
Ensino Fundamental 5 ^a a 8 ^a séries, Médio 1 ^o ciclo (Ginasial), Segunda fase do 1 ^o grau, 6 ^o a 9 ^o anos.	168	28,9%	30,1%	21,2%
Ensino Fundamental EJA - séries finais (Supletivo 5 ^a a 8 ^a séries ou 6 ^o a 9 ^o anos)	6	1,0%	1,2%	0,00%
Ensino Fundamental (duração 9 anos)	37	6,3%	6,2%	7,1%
Ensino Médio, 2 ^o grau, Médio 2 ^o ciclo (Científico, Clássico, Técnico, Normal)	145	24,9%	25,2%	22,3%
Ensino Médio EJA (Supletivo)	4	0,7%	0,6%	1,2%
Ensino Médio Especial	3	0,5%	0,4%	1,2%
Superior, Aperfeiçoamento, Especialização, Mestrado, Doutorado	10	1,7%	1,2%	4,7%
Nenhum	2	0,3%	0,2%	1,2%
Ignorado	52	8,9%	7,0%	20%
Total	584	100%	100%	100%

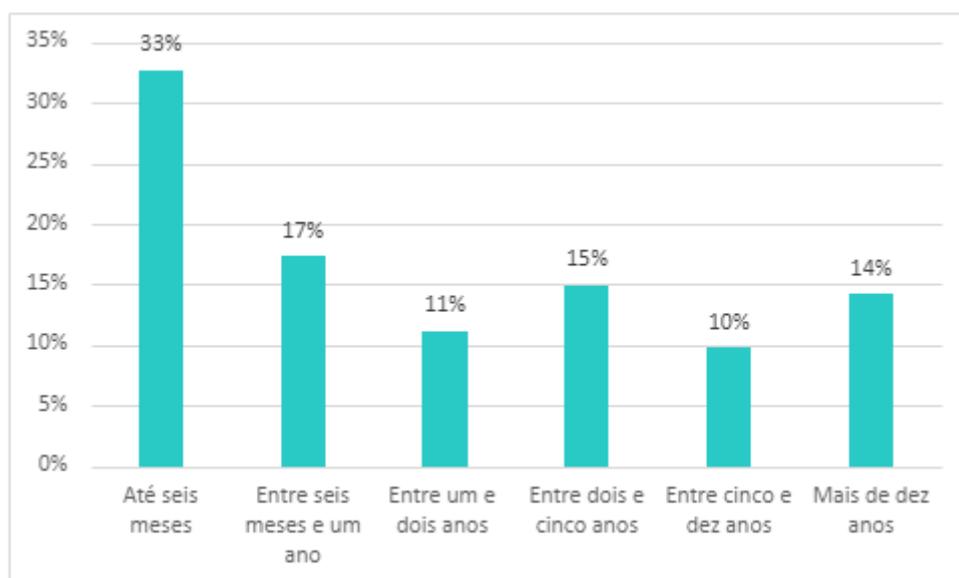
Fonte: CADÚNICO, set. 2021.

*Para essa análise foi considerado o curso mais elevado que a pessoa frequentou, o qual concluiu ao menos uma série.

Ao comparar a incompletude da informação de escolaridade entre os sexos, observa-se incompletude de 20% entre as mulheres e de apenas 7% entre os homens. Vale ressaltar a importância do preenchimento dos campos, para melhor análise e ações mais assertivas. Uma porcentagem maior dos homens cursou até o ensino fundamental, tanto o fundamental I, como o fundamental II, com diferença média de 7% e 9% se comparado às mulheres, respectivamente. Uma diferença média menor é constatada entre homens e mulheres que cursaram até o ensino médio, com 3% a mais dos homens. Ainda, na variável relacionada aos que cursaram até o ensino superior/pós graduação, é possível verificar uma diferença entre os sexos, com 4,7% das mulheres e 1,2% dos homens.

É de grande importância conhecer as dificuldades e possibilidades de retorno e continuação da escolarização, principalmente dos grupos de menor escolaridade. Podendo assim, contribuir na formulação de estratégias de superação dessas dificuldades, que, por muitas vezes, levam essa população a pensar o acesso à educação como privilégio de grupos restritos da sociedade e não como um direito humano (ALMEIDA, 2012).

Gráfico 5 - Pessoas em situação de rua com cadastro no CADÚNICO, segundo tempo em que vive nas ruas (Niterói, setembro de 2021).



Fonte: CADÚNICO, 2021.

No que se refere a estimativa do tempo em que se encontram em situação de rua, o gráfico 5 revela que, dessa população cadastrada, 191 pessoas (33%), estão há seis meses ou menos em situação de rua, e 101 pessoas (17%), entre o período de seis meses a um ano.

Evidenciando-se, portanto, que metade dessa população (292 pessoas) se encontra nessa condição há menos de um ano.

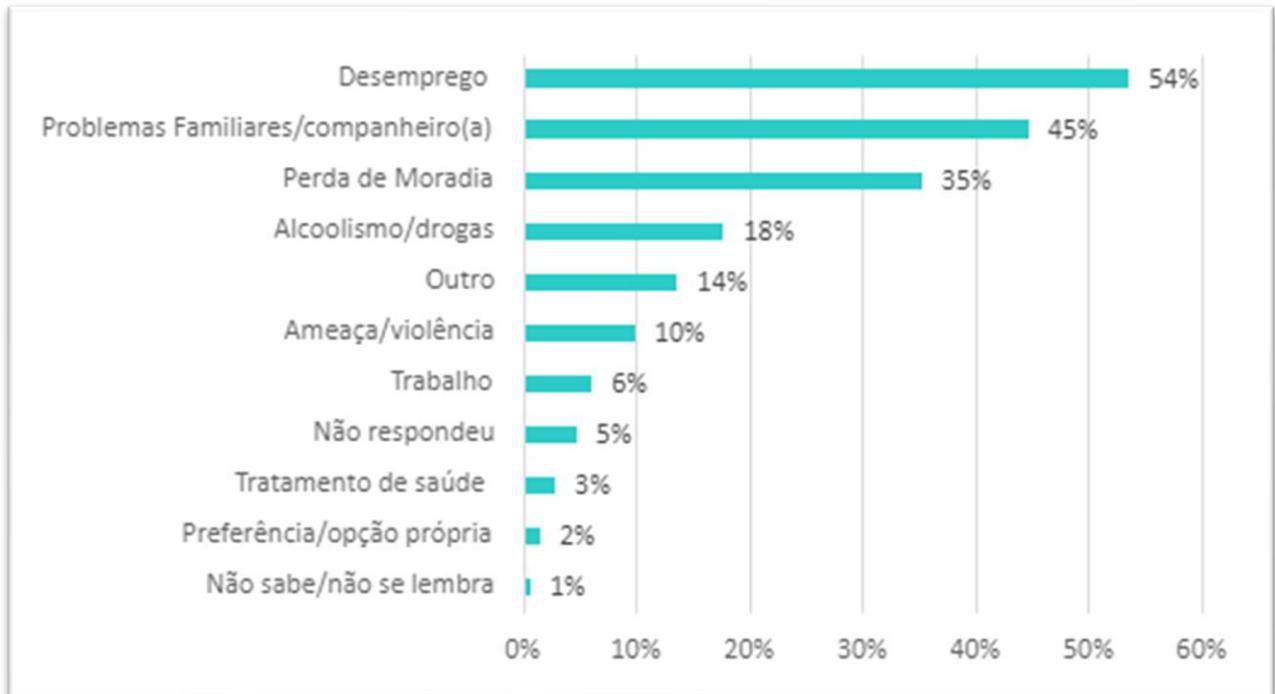
Ressalta-se que a pandemia da Covid-19 tem sido relacionada a ampliação do contingente populacional das pessoas em situação de rua, elevando ainda mais sua vulnerabilidade e mudando o perfil dessa parcela da população, com novos integrantes compostos por trabalhadores que perderam seus empregos devido à atual conjuntura (FIOCRUZ, 2021).

Por isso, conhecer essa população para a elaboração de políticas públicas com vistas à proteção e o enfretamento das vulnerabilidades que podem ser encontrados é de grande importância. Atualmente é possível buscar apoio dos abrigos/albergues e Consultório na Rua, além dos locais de acolhimento/atendimento em instituições específicas, como o Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (Centro POP), o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) e/ou o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Em relação ao(s) motivo(s) que levaram a essa condição de rua, segundo a Pesquisa Nacional da População em Situação de Rua, as razões que levam pessoas a viverem nas vias das cidades são variadas, sendo a precarização das condições de vida uma das principais (BRASIL, 2009). Porém não se pode reduzir as razões somente a questões econômicas, já que questões multifatoriais podem ocasionar a situação de rua, de forma gradual e/ou processual, culminando na ocupação da rua de forma permanente ou não (SICARI e ZANELLA, 2018).

O gráfico 6 evidencia a questão do desemprego, já mencionado anteriormente, como de maior ocorrência (54%), para mais da metade das pessoas em situação de rua. Ressaltando que algumas variáveis puderam ser preenchidas de formas combinadas pelos cadastrados, ou seja, podendo escolher mais de um motivo que gerou sua atual situação, o que significa que a soma das frequências relativas pode ultrapassar 100%.

Gráfico 6 – Principais motivos da condição de rua das pessoas com cadastro no CADÚNICO (Niterói, setembro de 2021).

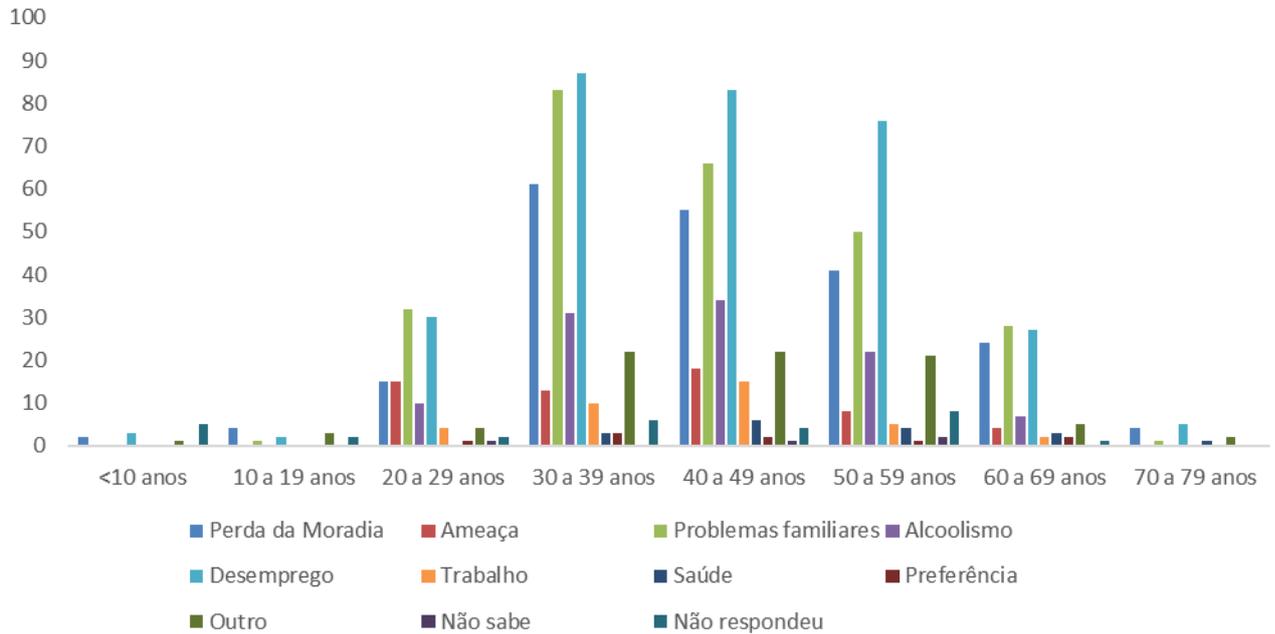


Fonte: CADÚNICO, 2021.

Os principais motivos determinantes para estarem em situação de rua encontrados na amostra foram: desemprego (54%), problemas familiares/companheiro(a) (45%) e a perda de moradia (35%). O quarto motivo apontado foi o alcoolismo/drogas (18%), seguido por outro motivo - não especificado na ficha (14%), ameaça/violência (10%) e trabalho (6%). Outros motivos estão contemplados em não respondeu (5%), tratamento de saúde (3%), preferência/opção própria (2%) e não sabe/não se lembra (1%).

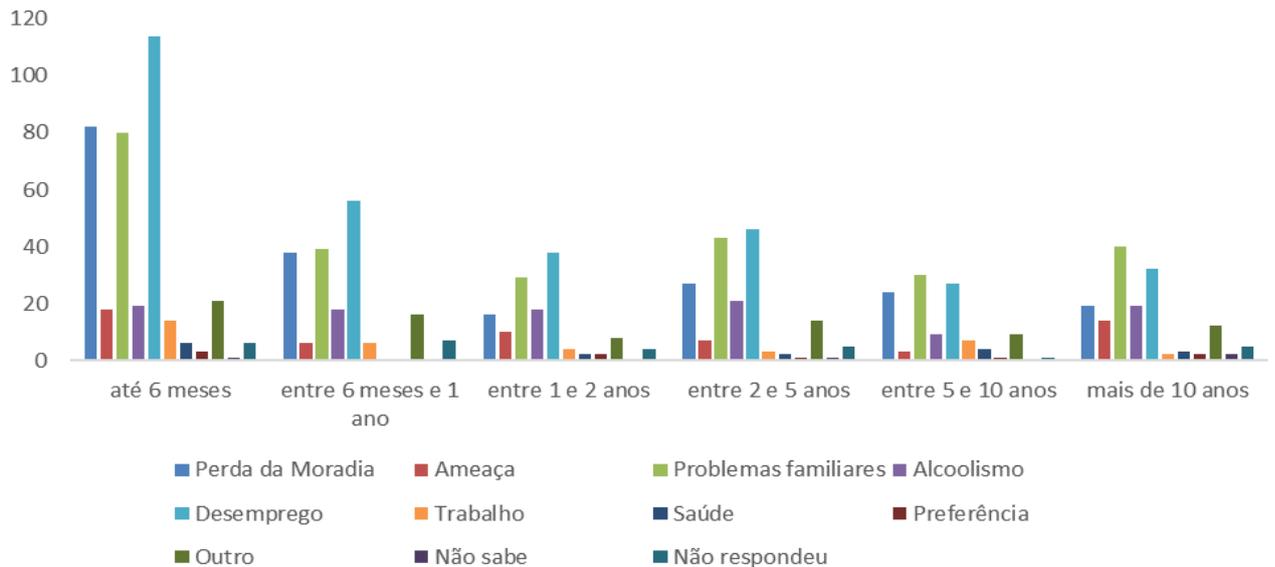
Embora corresponda a uma população adulta, potencialmente ativa economicamente, são a ausência de oportunidade de trabalhado, a perda de vínculo de trabalho ou a intermitência de trabalho remunerado muitas vezes os fatores que contribuem para estas pessoas estarem na rua. Na pesquisa nacional observou-se uma maioria de trabalhadores que desempenha alguma atividade remunerada ou que afirma ter alguma profissão (BRASIL, 2009).

Gráfico 7 – Principais motivos da condição de rua das pessoas com cadastro no CADÚNICO, segundo a faixa etária (Niterói, setembro de 2021).



Fonte: CADÚNICO, 2021.

Gráfico 8 – Principais motivos da condição de rua das pessoas com cadastro no CADÚNICO, segundo o tempo de permanência na rua (Niterói, setembro de 2021).



Fonte: CADÚNICO, 2021.

Os gráficos 7 e 8, por sua vez, cruzam o motivo da permanência na rua com as faixas etárias (gráfico 7), e com o tempo de permanência na rua (gráfico 8) Em ambas se observa que os motivos mais relevantes ou citados correspondem ao desemprego, problemas familiares e perda da moradia, isto em relação as pessoas entre 20 e 69 anos e independente do tempo na rua. Não muito distante dos resultados encontrados em Niterói, a pesquisa nacional de 2009 (BRASIL, 2009) encontrou entre os três motivos mais citados alcoolismo e/ou outras drogas (que em Niterói foi o quarto motivo mais citado), problemas familiares e desemprego.

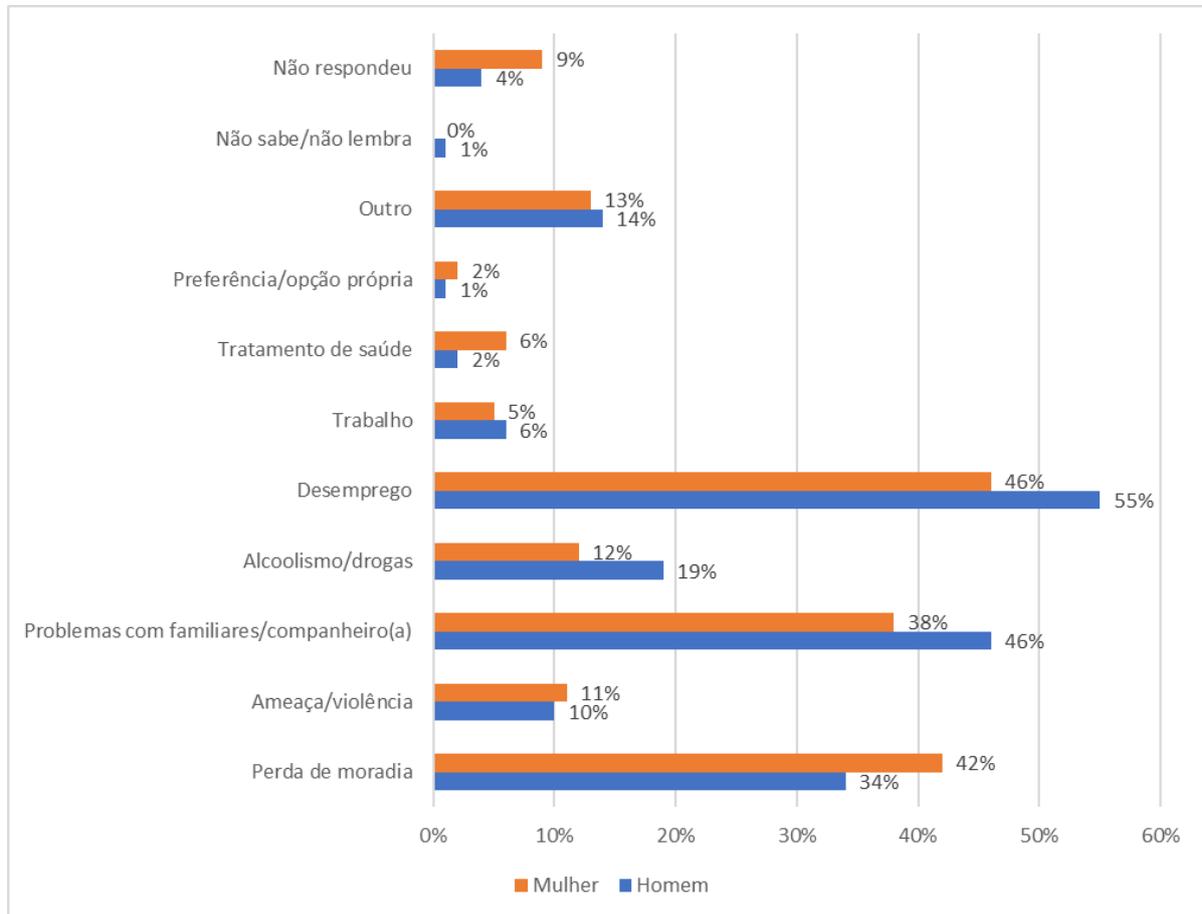
Chamou atenção, na faixa etária menor de 10 anos, o percentual de crianças com motivo “desemprego” referido no cadastro, esse percentual corresponde a um total de 4 crianças, sendo 3 filhas da mesma mãe e pai. Não há no banco nenhuma pessoa com o campo trabalho infantil assinalado, dessa forma, possivelmente, o motivo desemprego referido no cadastro dessas crianças, está relacionado à situação dos responsáveis.

Entre as pessoas de 20 a 39 e de 60 a 69 anos o motivo mais referido foi o conflito familiar. Já para as pessoas entre 40 e 59 anos o desemprego foi o motivo mais referido.

Em relação ao tempo de permanência na rua, observa-se que as questões familiares são proporcionalmente mais citadas com o aumento do tempo na rua, se tornando a principal causa a partir do grupo com mais de 5 anos de permanência.

Conforme já mencionado, uma minoria da população em situação de rua são mulheres. E essa diferença não acontece por acaso, a vida na rua apresenta grandes desafios para a vida das mulheres, que perpassa uma realidade profundamente machista e de muitos preconceitos. Casos de violências, nos seus diversos âmbitos, são vivenciados cotidianamente por grande parte das mulheres, que se impõe de forma ainda mais brutal pelas que estão em situação de rua (BRASIL, 2009).

Gráfico 9 - Principais motivos da condição de rua* das pessoas com cadastro no CADÚNICO, segundo sexo (Niterói, setembro de 2021)



Fonte: CADÚNICO, 2021; *esta variável permitia a resposta de um ou mais motivos.

No gráfico 9 é possível observar que em relação aos motivos pelos quais passou a morar na rua, o desemprego, problemas familiares/companheiro(a) e a perda de moradia estiveram entre as respostas mais comumente contempladas entre homens e mulheres. Ressalta-se a possibilidade de associação de mais de uma resposta como motivo.

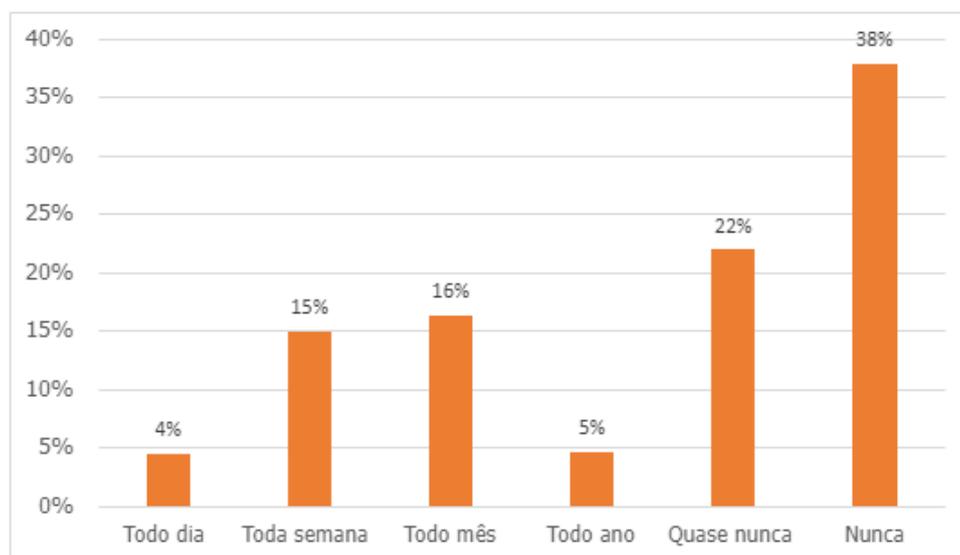
O desemprego manteve-se como o motivo mais frequente de resposta, tanto para os homens (55%) como para as mulheres (46%), ainda que para os homens tenha sido maior. Com as maiores frequências de respostas entre os homens, também, constam os problemas familiares/companheiro(a) (46%), desemprego (55%), e o alcoolismo (19%).

Já em relação às mulheres, a perda de moradia representa o segundo motivo mais frequente de resposta (42%); enquanto 34% dos homens referiram este motivo. Dentre os

motivos mais referidos por mulheres estão: desemprego, perda de moradia e problemas familiares.

Outra questão que consta na ficha do CadÚnico é se a pessoa em situação de rua mantém algum tipo de contato com seus familiares que não estão em situação de rua. Com base nesse dado temos as seguintes porcentagens:

Gráfico 10 – Contato com parente que viva fora da rua das pessoas em situação de rua com cadastro no CADÚNICO (Niterói, setembro de 2021).



Fonte: CADÚNICO, 2021.

Uma das variáveis do conceito de população em situação de rua é a ideia de que essas pessoas possuem os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados. No gráfico acima (gráfico 10), é possível verificar que 38% (221 pessoas) dessa população não tem contato com nenhum familiar que não esteja também em situação de rua. Ademais, observa-se que uma pequena parcela mantém contato frequente com algum familiar que não esteja na mesma condição. Conhecer como são as relações familiares que estão envolvidas nas histórias de vida das pessoas se faz importante para entender que existem outras variáveis além das econômicas, pessoais, culturais e políticas, que podem ser um dos fatores responsáveis pelo processo de moradia na rua.

Portanto, a situação de rua pode ser desencadeada por diversos fatores, diretos e indiretos, que atravessam a ausência de residência fixa, atrelada a vulnerabilidades, principalmente relacionadas às fragilidades sociais no âmbito do trabalho, família e integração social.

Como afirmam SCHWEITZER e SCHMITT (2017), para essa população uma forma de possibilitar a integração social e o rompimento com uma posição marginal seria assegurar uma forma de trabalho digno, já que, por vezes, chegam a situações de vulnerabilidade social e exclusão devido as alterações no mundo do trabalho.

Na ficha do CadÚnico é possível analisar a variável de trabalho remunerado nos últimos 12 meses, se a população cadastrada trabalhou ou não nesse período, conforme tabela abaixo (tabela 8).

Tabela 8 - Pessoas em situação de rua com cadastro no CADÚNICO, segundo trabalho nos últimos 12 meses (Niterói, setembro de 2021).

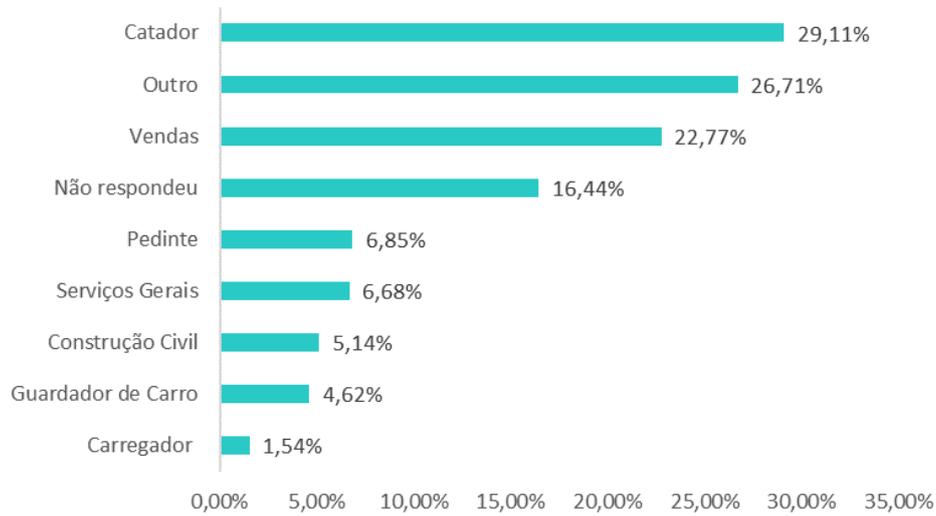
Trabalhou nos últimos 12 meses	Frequência	Percentual
Sim	86	15%
Não	487	83%
Em branco	11	2%
Total	584	100%

Fonte: CADÚNICO, 2021.

Pela tabela acima, constata-se que em relação a trabalho no último ano, é possível verificar que a maior parte (83%) da população em situação de rua cadastrada, não trabalhou no período especificado de forma remunerada. Essa informação dialoga com o motivo mais frequentemente referido: o desemprego.

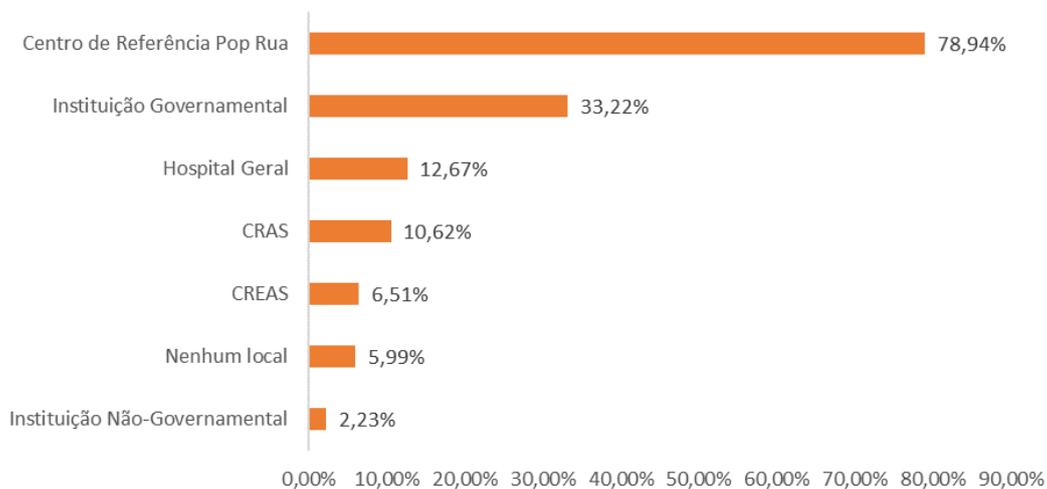
Em relação às ocupações ou atividades desempenhadas (campo no questionário do CadÚnico que admite múltipla marcação) pela PSR para obtenção de renda, foram mais observadas as atividades de catador, seguido de outras atividades e de vendas. A mendicância (ato de pedir esmolas) foi a quinta prática mais referida. A pesquisa nacional (BRASIL, 2009) identificou que a maior parte da população participante da pesquisa, mais de 70%, desempenhava alguma atividade remunerada, com a atividade de catador sendo a mais citada também (27,5%) seguida das atividades de guardador de carro e trabalhador na construção civil (14,1% e 6,3%, respectivamente).

Gráfico 11 - Fonte de renda da PSR com cadastro no CADÚNICO (Niterói, setembro de 2021; n = 584).



Fonte: CADÚNICO, 2021.

Gráfico 12 - Pessoas em situação de rua com cadastro no CADÚNICO, segundo atendimento em instituições nos últimos 12 meses (Niterói, setembro de 2021).

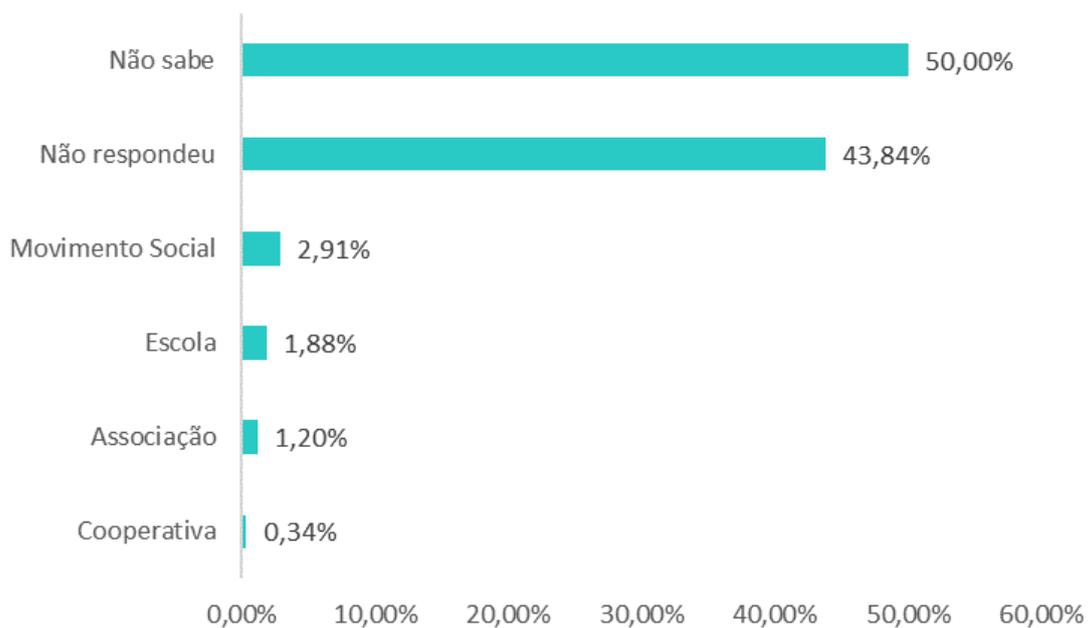


Fonte: CADÚNICO, 2021.

O Centro de Referência da População em Situação de Rua mostra-se a principal referência institucional para esta população de acordo com o Cadúnico. Sobre isto, a pesquisa nacional (BRASIL, 2009) traz uma informação sobre impedimentos sofridos pelos entrevistados de acessar algum local como estabelecimentos de saúde, órgãos públicos,

shoppings, ônibus, entre outros, onde se nota que mais da metade relatou ao menos uma vez em algum lugar ter sido impedido de entrar. Há barreiras a esta população para acessar instituições ou serviços, inclusive de caráter público, o que exige a elaboração de políticas para melhoria do acesso ao que se tem direito. Destaca-se a ausência do Consultório na Rua como alternativa de resposta para esta questão.

Gráfico 13 - Pessoas em situação de rua com cadastro no CADÚNICO, segundo participação em atividade comunitária nos 12 meses anteriores à resposta ao questionário (Niterói, setembro de 2021).



Fonte: CADÚNICO, 2021.

A participação em atividades grupos e coletividades mostra-se residual, tendo sido a mais mencionada a participação em atividade de movimento social, ainda que por apenas 2,9%, resultado semelhante ao observado na pesquisa nacional, na qual também se observou que a grande maioria não tem qualquer participação social (BRASIL, 2009). Destaca-se que, ao considerar que parte da população analisada está recentemente vivendo nas ruas, a ausência de participação social pode ser prévia ao estado de viver na rua.

Em relação aos endereços de residência registrados no CadÚnico observou-se que a grande maioria (91%) corresponde ao endereço do Centro de Referência Especializado da Assistência Social (CREAS), no Centro da Cidade.

Ressalta-se que, segundo a Portaria GM/MDS nº 376/2008 Art. 25 § 6º, para inclusão de famílias em situação de rua no Cadastro Único, será utilizado o endereço do equipamento de assistência social de referência e, na ausência deste, o endereço da instituição de acolhimento.

Tabela 9 - Pessoas em situação de rua com cadastro no CADÚNICO, segundo endereço informado (Niterói, setembro de 2021).

Endereço	Bairros	Frequência
Rua Coronel Gomes Machado	Centro	444
Alameda São Boa Ventura	Fonseca	40
Rua Presidente Castelo Branco	São Lourenço	20
Rua Andrade Neves	São Domingos	8
Rua Passo da Patria	São Domingos	6
Rua Visconde do Itaboraí	Ponta da Areia	4
Rua Padre Anchieta	São Domingos	3
Avenida Ernani do Amaral Peixoto	Centro	2
Avenida Irene Lopes Sodré	Engenho do Mato	2
Avenida Washington Luis	Centro	2
Rua Reverendo Daniel Soares Bonfim	Santa Barbara	2
Rua Ari Pinto Lima	Fonseca	2
Rua Artur Pereira da Mota	Caramujo	2
Rua Doutor Luis Palmier	Barreto	2
Rua General Osório	São Domingos	2
Rua Presidente Pedreira	Inga	2
Rua Saldanha Marinho	Centro	2
Rua Visconde do Uruguai	Centro	2
Antiga Estrada do Engenho do Mato	Itaipu	1
Avenida Visconde do Rio Branco	Centro	1
Estrada Bento Pesta	Baldeador	1
Estrada Nossa Senhora de Lourdes	Maceió	1

Endereço	Bairros	Frequência
Estrada Viçoso Jardim	Cubango	1
Estrada Washington Luis	Sape	1
Praça Azevedo Cruz	Ponta da Areia	1
Rua 1	Baldeador	1
Rua Albino Pereira	São Francisco	1
Rua Barão de Mauá	Ponta da Areia	1
Rua C dos Nordestinos	Ititioca	1
Rua Desembargador Lima Castro	Fonseca	1
Rua Desidério de Oliveira	Centro	1
Rua Doutor Celestino	Centro	1
Rua Doutor Fróes da Cruz	Centro	1
Rua Doutor Moacir Bogado	Santa Rosa	1
Rua Doutor Sardinha	Santa Rosa	1
Rua Eduardo Luiz Gomes	Centro	1
Rua Galvão	Barreto	1
Rua Gastão Gonçalves	Bairro de Fátima	1
Rua General Andrade Neves	São Domingos	1
Rua Marquês de Olinda	Centro	1
Rua Martins Torres	Santa Rosa	1
Rua São Lourenço	Centro	1
Rua São Sebastião	Centro	1
Rua Tenente Osório	Fonseca	1
Rua Vereador José Equi Alves	Ilha da Conceição	1
Rua Zita de Carvalho	São Lourenço	1
Travessa 10	Engenhoca	1
Travessa Alemão	Engenhoca	1
Travessa Benvindo	Fonseca	1
Travessa Caminho 18	Fonseca	1

Travessa Cominho 18	Fonseca	1
Travessa Francisco da Cruz Nunes	Pendotiba	1
Travessa João Francisco da Matta	Icaraí	1
Travessa Nova Brasília	Engenhoca	1
Travessa Santos Reis	Fonseca	1
Travessa São Miguel	Cubango	1
<hr/>		
Total	-	584

Fonte: CADÚNICO, 2021.

Para fins deste relatório, os endereços de referência das pessoas em situação de rua disponibilizados no CadÚnico foram georreferenciados para a elaboração de um mapa de densidade de pontos por estimativa de Kernel. Cabe salientar, contudo, os desafios que envolvem o georreferenciamento dos lugares de permanência, uma vez que a organização espacial da vida cotidiana das pessoas em situação de rua envolve uma complexidade e multiplicidade de localizações com funções híbridas (ROBAINA, 2015). Portanto, definição de pontos com endereços fixos para as pessoas em situação de rua é uma das limitações para georreferenciamento dessa população. Sendo assim, optou-se pelo uso de mapas de calor, que permite a visualização sobre áreas de maior e menor concentração (figura 3). Outra limitação, é que o cadastramento no CadÚnico é uma obrigatoriedade para acesso às políticas e serviços da assistência social, logo, o cadastramento pode ser feito antes mesmo da definição pelas pessoas de seus lugares de permanência, atribuindo a esses como local de referência o próprio serviço.

Analisando-se a figura 3, nota-se a presença de dois grandes núcleos de concentração dos locais, que correspondem por 95% da amostra: primeiro, a área que tem como centralidade o bairro do centro e se estende a sua área de influência direta (Ponta da Areia, Gragoatá, São Domingos, Bairro de Fátima e São Lourenço); segundo, a área que tem como centralidade o bairro do Fonseca e que também se estende para áreas vizinhas específicas (em direção ao bairro da Engenhoca; e as áreas que permitem acesso ao bairro do Cubango e Viçoso Jardim). Demais locais de referência encontram-se relativamente difusos no território da cidade, embora associados aos eixos de estruturação viária da cidade.

Figura 3 - Distribuição dos pontos de referência da população em situação de rua em Niterói/RJ.

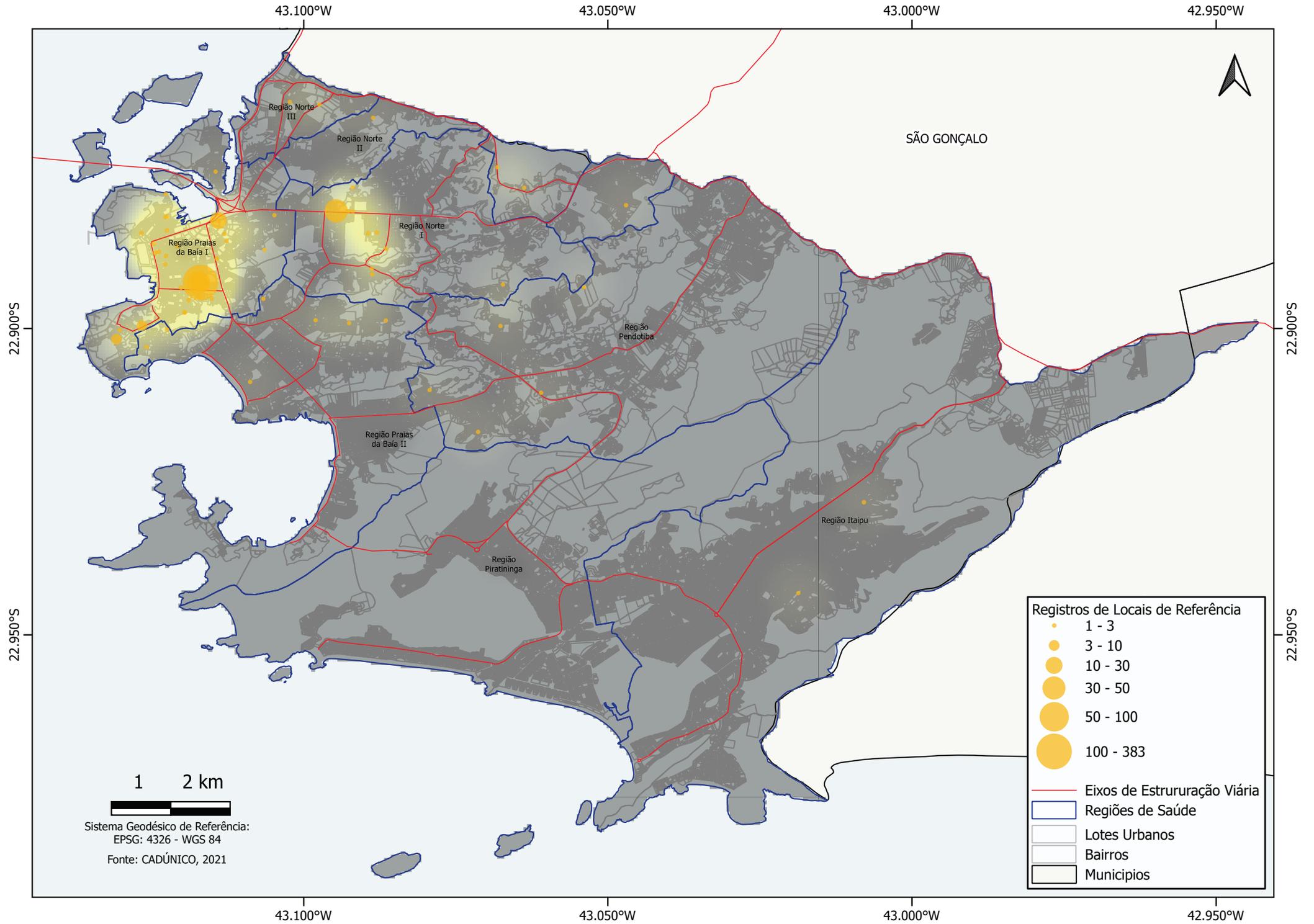
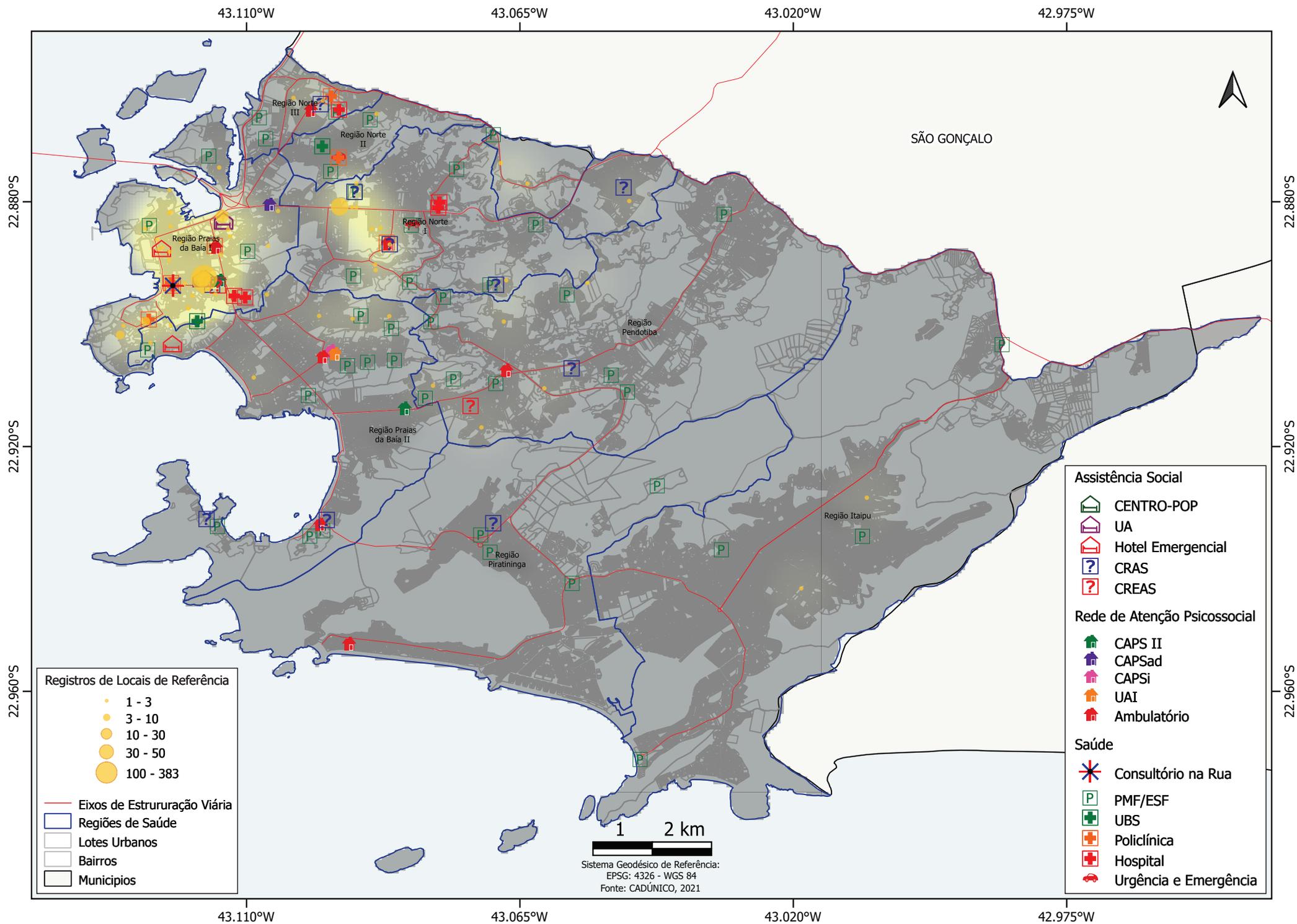


Figura 4 - Distribuição dos pontos de referência da população em situação de rua em Niterói/RJ e equipamentos da Assistência Social, RAPS e Saúde.

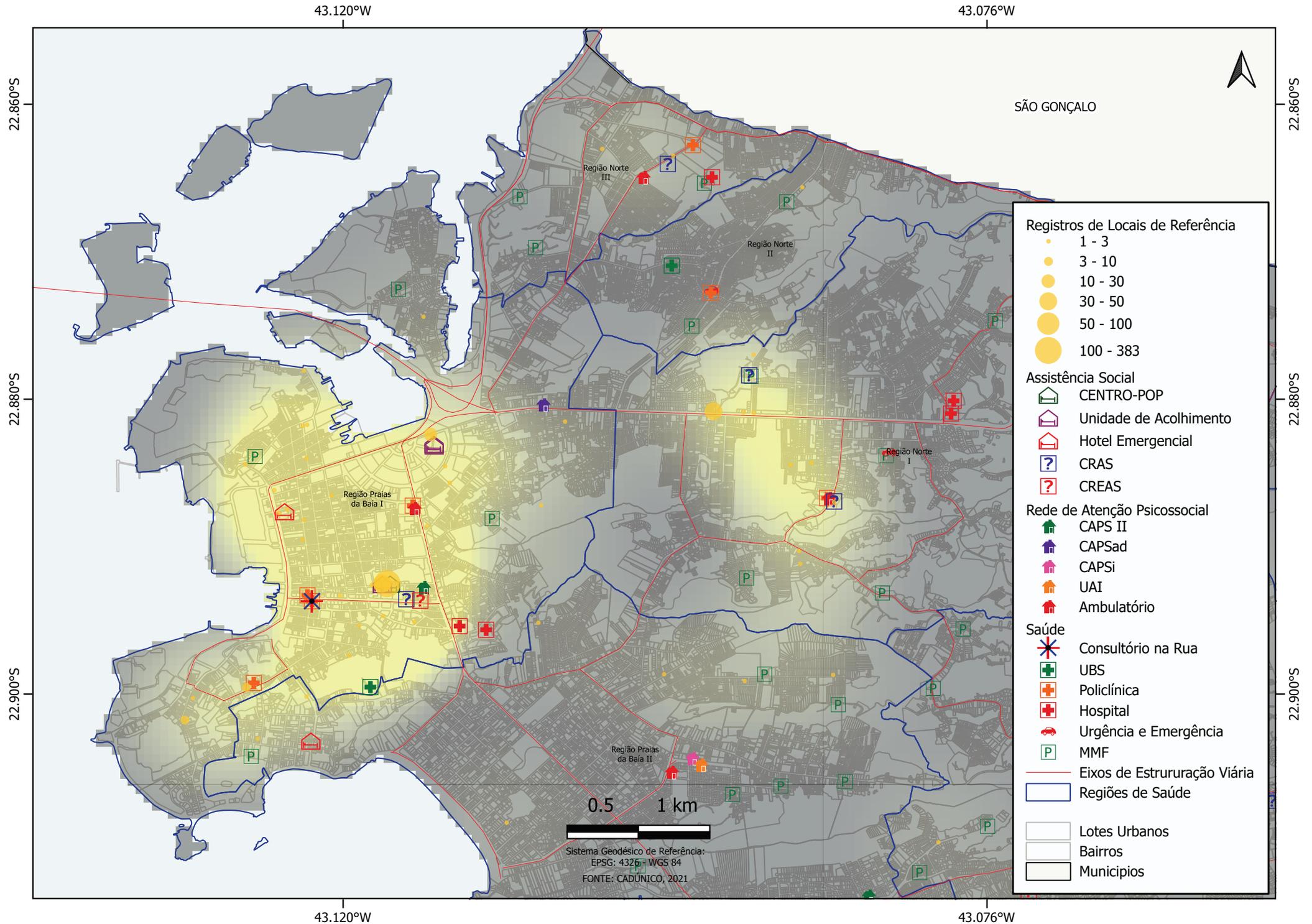


Com relação à primeira área destacada (Figura 5), cabe reiterar importante concentração de pontos de referência vinculados ao CENTRO-POP (383, 65,5% dos registros), localizado na Rua Coronel Gomes Machado, nº 279, e que opera como Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e Unidade de Acolhimento Arthur Bispo do Rosário. Também é expressivo o número de referências ao endereço vizinho (Rua Coronel Gomes Machado, nº 259), que compõe o complexo de unidades como Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) - 41 registros, 7,0%. O mesmo ocorre, em menor escala, em relação aos locais de referência associados a Rua Presidente Castelo Branco, no bairro do Barreto, onde operam duas Unidades de Acolhimento – Lélia Gonzales e Florestan Fernandes, e também naqueles vinculados a Rua Desembargador Lima Castro, no bairro do Fonseca, onde compõem vizinhança o CRAS Cubango e a Policlínica Regional Guilherme Taylor March, onde também opera um Ambulatório de Saúde Mental.

O reconhecimento de que os territórios na qual vive a PSR não são assistidos unicamente pelo CnaR, mas por uma complexa rede de serviços da saúde e assistência social, mostra possibilidades e potencialidades de uma rede intersetorial na organização do cuidado dessa população. O CnaR não é porta única a esta população e o cuidado deve se dar de forma integrada entre os diversos pontos desta rede (BRASIL, 2012).

No caso da grande área central da cidade (Região de Saúde - Praias da Baía I), pode-se observar também uma intensa concentração de pontos ao longo das vias principais, abarcando a principal área de concentração de comércio de rua, shoppings, serviços, Terminal Rodoviário, principais acessos da cidade e instituições públicas. Também comporta a base do Consultório na Rua, sediado no mesmo prédio da Policlínica de Especialidades em Atenção à Saúde da Mulher Malu Sampaio e da Unidade Básica de Saúde do Centro. Destaca-se ainda, ser uma área marcada por movimento noturno relevante de bares, ambulantes, como também pontos de prostituição e fluxo de pessoas que buscam acesso à rede de transportes em todos os turnos do dia. Uma centralidade que, contudo, também comporta fluxos que extrapolam o bairro do Centro em si, compondo também as vias que conectam os *campus* da Universidade Federal Fluminense e a Praça da Cantareira – um dos principais polos culturais e de comércio de rua da cidade.

Figura 5 - Área de concentração de pontos de referência de população em situação de rua em Niterói/RJ e equipamentos de Assistência Social, RAPS e Saúde.



Comporta também acessos às comunidades como o Morro do Palácio, Morro da 94 e Morro do Estado, da mesma forma que compreende ocupações populares historicamente constituídas de casarões abandonados, que servem de moradia e abrigo para parte da população egressa ou ainda em situação de rua - é exemplo mais notável a Ocupação Mama África, localizada na Rua Passo da Pátria, nº 48 e 50, consolidada desde a década de 1980, e que conta, aproximadamente, com mais de 30 famílias¹. De forma geral, também concentra a maior densidade de serviços de Assistência Social, Atenção Psicossocial e Saúde disponíveis para a população. Ressalta-se que é a área com maior potencial de ganhos relativos (pedintes, furtos etc.) e trabalho possível (“bicos”, manobrista etc.), tal qual de possibilidades de acolhimento e apoio do poder público e sociedade civil organizada – como grupos religiosos que ofertam regularmente refeições, por exemplo.

Esta grande área central se conjuga à Alameda São Boaventura (Região de Saúde - Norte I), e suas áreas de influência direta e indireta, enquanto dos principais eixos de estruturação viária da região (que se somam: Av. João Brasil, Av. 22 de Novembro e Rua Desembargador Lima Castro) e entrada/saída da cidade em direção à Região Leste Fluminense. Essa área tem como marca a intensa favelização, conjugando então perfil residencial de baixa renda e áreas de passagem com intenso fluxo de transporte. Essa região apresenta quantitativos menores de estabelecimentos comerciais e/ou serviços, em relação ao Centro, o que torna bastante frágil a possibilidade de trabalho para a população em situação de rua. O local de referência mais citado para esta área é a Alameda São Boaventura, nº 611 (39 pessoas, 6,6%), que é o acesso à comunidade da Vila Ipiranga, a comunidade mais populosa de Niterói.

De forma geral, as áreas de maior concentração de pontos de referência compõem a grande região central do município e de entrada/saída da cidade, que comportam o maior dinamismo, diversidade e intensidade de fluxos, abarcando diferentes perfis e comportamentos possíveis para as pessoas em situação de rua, o que demanda diferentes estratégias e planos de intervenção focalizados.

¹ C.f. <http://nephu.sites.uff.br/programa/mapeando-conflitos/mapeando-comunidades/comunidades-de-niteroi/mama-africa/>

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

À população em situação de rua está direcionada uma série de violações, como o direito à moradia, à segurança e ao saneamento básico, as quais configuram a violação do direito à saúde. Paradoxalmente, é justamente na grande área central da cidade, que concentra os maiores fluxos (de pessoas, capital e informação), equipamentos, serviços e instituições disponíveis à população em geral, que se concentram a quantidade mais expressiva da PSR. Assim, a compreensão da população em situação de rua deve estar fundamentada na análise dos mecanismos produtores das violações e da invisibilidade dos sujeitos, de suas formas de estar no mundo e dos territórios.

Nesse sentido, a vulnerabilização de vidas humanas será expressa em diversas matrizes de desigualdades, localizando-se historicamente na matriz da colonialidade, ou seja, as desigualdades raciais são expressas na PSR, sendo os corpos negros seu maior expoente, como explicitado nos resultados desse relatório. Outros elementos acrescentam complexidade à discussão dos mecanismos produtores de desigualdades, como as diversas deficiências e transtornos. O cotidiano da Pessoa com Deficiência (PCD) ganha ainda maior complexidade quando associado aos fatores sociais e econômicos que dificultam sua participação plena e efetiva na sociedade. Essa condição exige a mobilização de forte rede de apoio, acesso à educação, a políticas de estímulo à inserção no mercado de trabalho, de acessibilidade nos diferentes espaços urbanos e de participação social, dentre outros. Tratam-se de fatores ainda mais desafiadores quando se trata da PSR. No âmbito da saúde, é necessário investir na assistência integral, lançando mão dos diversos níveis de atenção à saúde para a garantia desse direito.

Os dados coletados a partir do CADÚNICO possibilitam a análise de alguns aspectos relacionados à trajetória dessa população: a baixa escolaridade, o desemprego, o uso abusivo de álcool e/ou outras drogas, as questões familiares e a violência se mostram importantes aspectos desta trajetória, todas relacionadas a políticas públicas associadas a múltiplos setores do poder público, o que indica a necessidade de políticas intersetoriais na abordagem ao problema. A construção de espaços intersetoriais para discussão de casos e pactuação de fluxos e protocolos pode ser um potente espaço de construção coletiva do cuidado e da superação das desigualdades de acesso às políticas públicas.

Na ausência de censos ou pesquisas dirigidas ao conhecimento e contagem desta população, o CadÚnico mostra-se um importante recurso de informações. Ainda assim, reitera-se limitação quanto ao local de permanência dessa população. Mesmo sabendo que se trata de uma população que se desloca e altera locais de circulação e pernoite, conhecer melhor a sua ocupação e seu trânsito no espaço urbano, mapeando logradouros de pernoite, de trabalho e permanência podem apoiar a organização de políticas públicas dirigidas ao cuidado da população. Nesse sentido, a meta 32 do PMS participativo 2022-2025 prevê a implantação do monitoramento dessa população a partir de formulários de campo georreferenciáveis, que serão utilizados nas abordagens de campo do CnaR.

Importante ressaltar que o CnaR futuramente poderá contribuir mais com informações sobre as condições de saúde e vida da PSR, bem como da assistência prestada, através dos registros no prontuário eletrônico, previsto para iniciar no segundo semestre de 2022. Atualmente o registro eletrônico do CnaR está restrito ao cadastro dessa população. Vale destacar que, junto da Assistência Social, o CnaR teve o papel central na coordenação do cuidado e prevenção de surtos nos abrigos e hotéis emergenciais durante a pandemia da COVID-19 (FRAZÃO *et al.*, 2021).

A organização de ações e políticas públicas dirigidas a saúde e bem estar da PSR são um grande desafio a qualquer administração pública, especialmente nas grandes cidades. O fortalecimento de iniciativas que contribuem ao melhor conhecimento desta população, sua realidade e particularidades é passo fundamental à elaboração de políticas de qualidade para ela. A melhoria das condições de vida dessa população deve envolver amplos setores da administração pública e da sociedade civil em um esforço conjunto. Nesse sentido, ressalta-se mais uma vez, que o município de Niterói está comprometido com a construção de uma cidade mais saudável e segura, sendo explicitado no Decreto 14.141/2021, que institui o *Programa Novo Normal Niterói*, a importância da manutenção das boas práticas a partir da experiência com a COVID-19, como, por exemplo, a manutenção das políticas de segurança alimentar para as populações mais vulneráveis, a manutenção do abrigo da PSR, os investimento em políticas de trabalho e renda para a PSR, os investimento em políticas de redistribuição de renda, a instalação de lavatórios de mãos públicos e gratuitos na cidade e uma série de outras ações voltadas para enfrentamento e prevenção das violências. A premissa é que uma cidade melhor para a PSR é uma cidade melhor para toda a população.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S.F. População em situação de rua e o retorno à educação escolar: entre dificuldades e possibilidades. **Congresso Internacional Pedagogia Social**. Campinas. Scielo Proceedings.2012. Disponível em: <<http://www.proceedings.scielo.br/pdf/cips/n4v2/30.pdf>>. Acesso em: 10 de dezembro de 2021.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual sobre o cuidado à saúde junto à população em situação de rua**. Brasília, Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Manual sobre o cuidado à saúde junto à população em situação de rua**. Brasília, Ministério da Saúde, 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília, Ministério do Desenvolvimento Social, 2009.

ESPIRITO SANTO, T.B., *et al.* Pessoas em Situação de Rua pelo olhar da imprensa. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 4, p;1-11, e38010414196, 2021.

FIOCRUZ. **Pandemia de Covid-19 muda perfil de população em situação de rua**. Disponível em: <<https://portal.fiocruz.br/noticia/pandemia-de-covid-19-muda-perfil-de-populacao-em-situacao-de-rua>>. Acesso em: 06/12/2021

FRAZÃO, P *et al.* O papel da saúde bucal coletiva na vigilância e na atenção básica à saúde frente a Covid-19, In: NETTO, O.B.S *et al.* (orgs.) **Diálogos Bucaleiros: reflexões em tempos pandêmicos**. p. 313-330. Doi: 10.31560/pimentacultural/2021.991.313.330.

G1. **Minoria na população de rua, mulheres foram vítimas em 51% dos casos de violência contra moradores de rua no Brasil**. Disponível em: < <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2019/12/26/minoria-na-populacao-de-rua-mulheres-foram-vitimas-em-51percent-dos-casos-de-violencia-contra-moradores-de-rua-no-brasil.ghtml> >. Acesso em: 02/12/2021.

GONDIM, R. *et al.* Desigualdades raciais e a morte como horizonte: considerações sobre a COVID-19 e o racismo estrutural. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, 2020.

IPEA. Diretoria de Estudos e Políticas Sociais. **Nota Técnica nº 73**. Estimativa da população em situação de rua no Brasil setembro de 2012 a março de 2020. Disponível em: < https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=35812 >. Acesso em: 02/12/2021.

KALE, P.L. et al. Neonatal near miss and mortality: factors associated with life-threatening conditions in newborns at six public maternity hospitals in Southeast Brazil. **Caderno da Saude Publica**, v. 33, n. 4, 2017.

NEVES-SILVA, P. & HELLER, L. População em situação de rua: o conceito de vulnerabilidade social como instrumento para a promoção dos direitos humanos. *In*: FIGUEIREDO, G; MARTINS, C & AKERMAN, M. **Vulnerabilidades & Saúde. Grupos em cena por visibilidade no espaço urbano**. Cidades, utopias e saúde: Um ponto de vista. Hucitec editora, São Paulo, 2018.

RIO DE JANEIRO. **Números do Censo da População em Situação de Rua 2020**. Disponível em < <https://www.data.rio/apps/PCRJ::censo-de-popula%C3%A7%C3%A3o-em-situa%C3%A7%C3%A3o-de-rua-2020-1/explore> >. Acesso em 02/12/2021.

ROBAINA, I. M. M. **Entre mobilidades e permanências uma análise das espacialidades cotidianas da população em situação de rua na área central da cidade do Rio de Janeiro**. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências, Departamento de Geografia, Programa de Pós-graduação em Geografia, 2015.

SCHWEITZER, L.; SCHMITT, A. A. População em situação de rua e trabalho: relato de experiência. **ECOS-Estudos Contemporâneos da Subjetividade**, v. 7, n. 1, p. 103-111, 2017.

SICARI, A.A.; ZANELLA, A.V. Pessoas em situação de rua no Brasil: revisão sistemática. **Psicologia: ciência e profissão**, v. 38, p. 662-679, 2018.

SILVA, J.M.P. et al. Conceitos, prevalência e características da morbidade materna grave, near miss, no Brasil: revisão sistemática. **Revista Brasileira de Saude Materno-Infantil**, v. 18, n. 1, p. 7-35, 2018.

SINHORETTO, J; MORAIS, DS. Violência e racismo: novas faces de uma afinidade reiterada. Bogotá, **Revista de Studios Sociales**, n.64, p. 15-26, 2018.



NITERÓI
SEMPRE À FRENTE

Saúde